NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 05/08/2013 - Edição 870

Vigilantes fecham rodovias federais, em Rondônia, após demissões

Vigilantes bloquearam BR-425, em Guajará-Mirim

Na manhã desta segunda-feira (5) vigilantes de escolas em vários municípios de Rondônia realizam manifestações em diversos pontos do estado contra a decisão do governo estadual, que deve demitir, até o dia 30 de agosto, cerca de 2,5 mil profissionais terceirizados. De acordo com o presidente do Sindicato dos Vigilantes (Sintesv/RO), Paulo Tico, o movimento pede a suspensão da decisão que vai acabar os contratos com três empresas de vigilância que atendem escolas da rede estadual de todo o estado. Vários trechos da BR-364 - em Ariquemes, Vilhena e Cacoal - e um trecho da BR-425, em Guajará-Mirim (RO) foram interditados.

Segundo Paulo, o governo alega que as escolas passarão a ser monitoradas por câmeras de segurança e, por isso, os vigilantes seriam dispensados. Nesta segunda, o efetivo já teria sido reduzido em 25% e as demais demissões devem acontecer até o dia 30 deste mês. “Sem os contratos, as empresas não têm como manter o vigilantes”, justifica o presidente do sindicato.

Com as manifestações, a categoria pede que a decisão seja revista e o cancelamento dos contratos suspenso. O ato marcado para esta segunda, em Porto Velho, foi cancelado.

A decisão de reduzir gastos e mudar a estrutura de segurança nas escolas foi anunciada pelo governo no dia 16 de julho. Câmeras de monitoramento devem ser instaladas para garantir a ordem nas unidades de ensino.

Em nota a Secretária de Educação Isabel Luz informou que esta é a única maneira encontrada para reduzir os gastos com vigilância patrimonial, estimados em R$ 57 milhões.

Vilhena

BR-364, em Vilhena, RO, também foi fechada por vigilantes

Cerca de 200 manifestantes fecharam o trevo entre a BR-364 e a BR-435, que liga Colorado do Oeste e Cerejeiras a outras cidades do Cone Sul. O bloqueio da rodovia durou quase duas horas e, durante a manifestação, apenas ambulâncias, viaturas policiais e pessoas que precisavam fazer exames médicos puderam passar.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o sindicato responsável pelo protesto não comunicou oficialmente a polícia sobre o fechamento da rodovia federal e, por conta disso, o representante do sindicato foi notificado.

De acordo com a PRF, o protesto seguiu pacífico, mas houve um momento crítico quando uma mulher tentou furar o bloqueio com o carro. Impedida pelos manifestantes, a condutora retirou as pedras e madeiras colocadas na rodovia. Os grevistas tentaram impedir e a mulher, professora de uma escola de Vilhena, tentou jogar uma pedra contra um vigilante. Ao todo, mais de 20 quilômetros de congestionamento foram registrados.

Ji-Paraná

Foto Roger

Manifestação em Ji-Paraná fechou acesso à ponte da cidade, que liga os dois distritos

Aproximadamente 160 vigilantes trabalham em 32 escolas estaduais de Ji-Paraná. Nesta segunda, em adesão à manifestação no estado, o grupo se reuniu sobre a ponte do Rio Machado, que liga os dois distritos da cidade. Segundo Ozéias Ribeiro, representante do Sintesv-RO, a paralisação será estendida até o fim da manhã. A categoria aguarda alguma posição do governador Confúcio Moura e afirma que se não tiverem uma resposta positiva, mais manifestações acontecerão nos próximos dias.

Ariquemes

Foto Eliete

BR-364 fechada em Ariquemes, RO

Cerca de 50 vigilantes fecharam a BR-364, próximo à cabeceira da Ponte do Rio Branco, a cerca de oito quilômetros de Ariquemes (RO), na manhã desta segunda (5). Segundo o representante regional do Sintev-RO no município, Francisco das Chagas, pelo menos 40 trabalhadores, dos 120 lotados em Jaru, Buritis, Alto Paraiso, Cacaulândia, Monte Negro e Machadinho do Oeste já foram demitidos. Só em Ariquemes, oito escolas estaduais já sentem os reflexos da decisão.

Durante a manifestação que durou mais de uma hora, pneus e galhos de árvores foram queimados na rodovia, impedindo a passagem de veículos. Ao G1, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou que a manifestação seguiu pacífica e o congestionamento chegou a cinco quilômetros em cada uma das pistas. O trânsito já foi liberado.

Cacoal

A BR-364, na região de Cacoal (RO), também foi fechada pelos manifestantes. Mais de 300 vigilantes de Cacoal, Pimenta Bueno, Espigão do Oeste e Rolim de Moura permanecem no local, de acordo com o representante do Sintev-RO no município, Renato Oliveira Santos. Com mais de dois quilômetros de congestionamento, segundo a PRF, apenas carros de emergência e transporte escolar estão sendo liberados.

Segundo o sindicato, em Cacoal, 27 vigilantes já foram demitidos, dos cerca de 160 profissionais. Dezoito escolas estaduais de Cacoal, Riozinho e Ministro Andreazza serão afetadas pelas demissões.

Guajará-Mirim

Foto Leile

Vigilantes interditam a BR 425

Em Guajará, metade de um total de 60 vigilantes interditou a BR-425, em frente ao campus da Universidade Federal de Rondônia, nesta segunda-feira. De acordo com a PRF, um congestionamento está se formando do local. Caminhões e taxistas estão parados.

Fonte: G1

Cemig é condenada a pagar adicionais trabalhistas a vigilante terceirizado

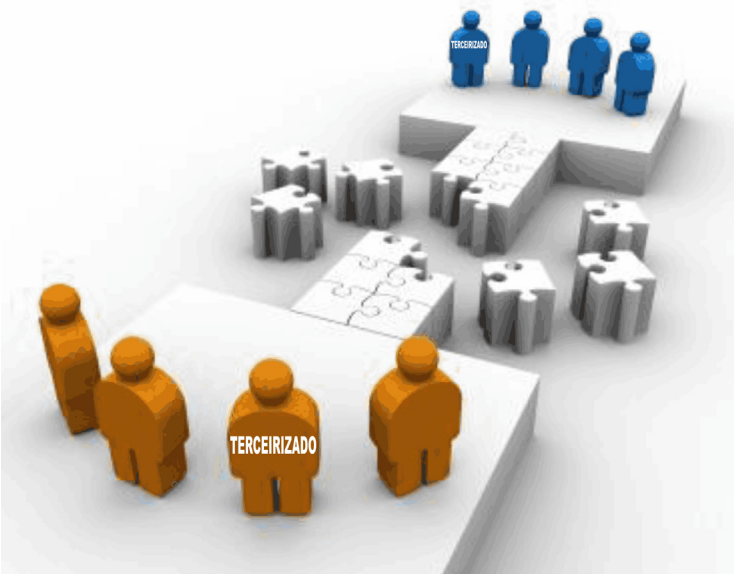
A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) foi condenada a pagar os adicionais trabalhistas ao empregado da empresa JG Vigilância e Segurança Armada e Desarmada Ltda. A Cemig contratou os serviços da empresa de vigilância, que não pagou os direitos trabalhistas do empregado. Acionada na Justiça do Trabalho, a Cemig recorreu, alegando que o vínculo empregatício era com a JG Vigilância.

Mas a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) foi em sentido contrário. A companhia energética tem a responsabilidade subsidiária para o pagamento dos adicionais trabalhistas, uma vez que não fiscalizou o contrato firmado com a empresa de vigilância, conforme a Súmula 331, que prevê que "o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações".

Não satisfeita, a empresa recorreu ao TST. Mas a Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento ao Recurso de Revista, por unanimidade, por não apontar equívoco da decisão e por não apresentar qualquer violação de dispositivo legal ou constitucional, contrariedade a súmula ou divergência jurisprudencial.

Fonte: TST

Um em cada quatro trabalhadores brasileiros é terceirizado, projeta MPT



Um em cada quatro trabalhadores brasileiros executa serviços terceirizados para outras companhias. De acordo com estimativas do Ministério Público do Trabalho (MPT), são mais de 8 milhões de pessoas, que atuam em um território cinzento do ponto de vista da lei trabalhista.

Sem uma regra para reger essa relação, os prestadores de serviços ficam mais expostos a acidentes de trabalho e abusos de jornada, de acordo com o próprio MPT e as centrais sindicais. Para regulamentar a prática, corre no congresso um projeto de lei que regulamenta a contratação destes serviços.

"É mais barato e ágil para a empresa recorrer a este tipo de serviço, mas os colaboradores ficam desprotegidos, explica o presidente do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR/SC), Silvaney Bernardi. Os terceirizados costumam ter acordos coletivos diferentes, menos favoráveis aos trabalhadores."

Bernardi representa um grupo que está no olho do furacão. A Petrobras emprega 85 mil funcionários efetivos e 360 mil terceirizados. Quatro a cada cinco colaboradores da empresa são prestadores de serviços.

Risco

De acordo com o sindicato, a relação oferece riscos à maioria contratada por empresas terceirizadas. Além de condições de trabalho diferentes, as mortes em acidentes de trabalho são mais frequentes com os prestadores de serviços. Nos últimos dez anos, em oito oportunidades a proporção de terceirizados mortos em acidentes de trabalho é maior do que a participação total destes profissionais no quadro de funcionários da empresa.

Em 2012, por exemplo, 81% dos trabalhadores da Petrobrás eram terceirizados, mas eles representaram 90% dos óbitos. A empresa não respondeu aos questionamentos da reportagem.

De acordo com o procurador do MPT-PR, Glaucio Arajo de Oliveira, recorrer a empresas especializadas em determinados serviços é uma prática cada vez mais popular. "Não é crime nenhum recorrer a isso, mas os abusos precisam ser evitados e os critérios devem ser melhor definidos", explica.

O grande receio se dá pela forma como as terceirizações são definidas atualmente. De acordo com um levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), até o final de 2010, 98% das vezes que uma empresa prestadora de serviços era contratada pela Petrobras, o principal critério de escolha era o menor preço e somente os outros 2% foram definidos pela qualidade

do trabalho.

"Esta é uma prática generalizada, não teria problemas se não implicasse em problemas para estes trabalhadores, mas no final das contas eles acabam prejudicados, explica o professor de economia do trabalho da Unesp, Hélio Mondriani.

De acordo com um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2011 sobre as terceirizações no país, as diferenças também se estendem à remuneração: o prestador de serviço recebe, em média, 54% do salário de um contratado.

Sindicatos são contra

Ao mesmo tempo que se propõe a eliminar os abusos, a proposta é alvo de críticas por afrouxar algumas possibilidades de terceirizações nas atividades-fim.

Atualmente, as terceirizações são regidas por uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho, que recomenda como devem ser as decisões quando um prestador de serviço recorre à justiça. "Com uma regulamentação, empregadores e trabalhadores saberão exatamente como amarrar os contratos e de que maneira proceder. É um avanço", acredita o professor de economia do trabalho da Unesp, Hélio Mondriani.

As centrais sindicais apelidaram a proposta como Lei da Precarização. Isso porque o projeto prevê a possibilidade de que as atividades-fim sejam terceirizadas. "A proposta, do modo que está, só prejudica ainda mais os trabalhadores, que neste projeto são tratados como funcionários de segunda categoria", diz a secretária nacional de Relações de Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa.

O que pode mudar

Confira como é a relação com os terceirizados atualmente e qual a proposta que corre no Congresso:

Súmula 331 do TST

Hoje somente as atividades acessórias podem ser terceirizadas. Uma escola, por exemplo, pode terceirizar os serviços de limpeza e recursos humanos, mas não pode contratar prestadores para funções pedagógicas.

O TST entende que a empresa contratante também é responsável pelo empregado terceirizado.

Na maior parte das vezes a responsabilidade de fiscalização da segurança do trabalho é da empresa contratante.

Não há exigência de capital social mínimo para que uma empresa seja prestadora de serviços.

Projeto de Lei 4330

Prevê que todas as funções de uma empresa podem ser exercidas por terceirizados, inclusive a atividade-fim.

A responsabilidade pelo vínculo empregatício cabe somente à empresa prestadora de serviços.

No entanto, se mantém - e regulamenta - a responsabilidade da empresa contratante em fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança e procedimentos contra acidentes de trabalho.

Exige um capital social mínimo para que uma empresa seja prestadora de serviços. O valor varia de acordo com o número de funcionários, de R$ 10 mil a R$ 250 mil.

Fonte: Gazeta do Povo

CUT e centrais realizam mobilizações contra PL 4330 na próxima terça

Em encontro ocorrido na quarta-feira (31), a CUT e as demais centrais sindicais avaliaram que a discussão com governo federal, empresários e parlamentares sobre o Projeto de Lei (PL) 4330, que regulamenta a terceirização e amplia a precarização, pouco avançou a favor da classe trabalhadora.

Para as entidades, há retrocesso nas propostas do governo e dos empresários sobre os seis pontos considerados prioritários pelos trabalhadores: o conceito de atividade especializada, os limites à terceirização, o entrave para a quarteirização, o significado dado à responsabilidade solidária (aquela em que a empresa contratante é responsável por quitar dívidas trabalhistas deixadas pela terceirizada), o caso dos correspondentes bancários e a organização e representação sindical.

Enquanto as negociações continuam, o texto de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), que já recebeu aval do relator do PL na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara (CCJC), deputado federal Arthur Maia (PMDB-BA), aguarda a votação, prevista para o dia 13 de agosto.

Diante dos entraves, o secretário Geral da CUT, Sérgio Nobre, reforçou o papel das manifestações marcadas para 6 de agosto em todo o país, em busca de um diálogo que mude o rumo da história atual.

"No estágio em que está a discussão, estamos longe de um acordo. Vamos reforçar a mobilização do nosso povo no dia 6, porque sempre que conseguimos combinar mesa de negociação com mobilização de massa, saímos vitoriosos. O envolvimento dos nossos sindicatos, federações e confederações será determinante", disse.

O dirigente sindical aproveitou também para lembrar os espaços conquistados nos últimos meses, graças a manifestações lideradas pela CUT.

"Há dois meses, muitos diziam que deveríamos nos preparar para melhorar o projeto, porque seria aprovado com certeza. E não só emperramos o andamento, como ainda conquistamos uma mesa quadripartite de

negociação que não podemos abandonar, por saber que existem milhões de trabalhadores terceirizados sofrendo com precárias condições de trabalho".

O povo precisa saber

A próxima rodada da mesa quadripartite acontece na manhã da próxima segunda-feira (5). Ao final das discussões, as centrais sindicais irão construir uma nota unificada sobre os debates, que será lida em todos os atos espalhados pelo país diante das entidades patronais.

A ideia é fazer com que a população conheça de qual lado estão o governo federal, os empresários e os parlamentares e, de tal modo, possa cobrá-los para que não joguem na lata do lixo os direitos conquistados com muita luta.

Ruim para todos

Para a secretária de Relações do Trabalho da Central, Maria das Graças Costa, o desafio será justamente levar à população o tamanho do estrago que o PL causará.

"Estamos apostando com muita ênfase no diálogo com a população e com a própria classe trabalhadora. Quem perde com a terceirização não é só o terceirizado, que sem uma regulamentação é discriminado e tem seus direitos negados, mas também o povo, que muitas vezes recebe serviço de má qualidade porque faltam instrumentos de trabalho e condições dignas a esses trabalhadores. Se o PL não mudar, vamos parar o Brasil", garantiu.

Terceirizados ganham menos e adoecem mais

De acordo com um estudo de 2011 da CUT e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais semanalmente e ganha 27% a menos. A cada 10 acidentes de trabalho, oito acontecem entre terceirizados.

Estima-se que o Brasil tenha 10 milhões de terceirizados, o equivalente a 31% dos 33,9 milhões de trabalhadores com carteira assinada no país.

Fonte: CUT

MPT processa empresa por prática de desvio de função

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou ação civil pública (ACP) com pedido de medida liminar contra a Big Serviços LTDA, que opera nas dependências da rede de Farmácias Big Ben. De acordo com a ação, que requer o pagamento de R$ 500 mil por danos morais coletivos, os operadores de caixa da empresa estariam exercendo funções extras, como a de vendedor e correspondente bancário.

Segundo denúncias feitas ao MPT, dentre as funções acumuladas por ex-funcionários da Big Serviços constam o trabalho no caixa, vendedor e o repasse de dinheiro do caixa para o cofre, e deste para os carros-fortes das empresas de transporte de valores. As denúncias foram confirmadas por meio do depoimento de ex-funcionários empresa, da análise de contratos, lista de empregados e dispensas, e inspeção realizada em uma lojas, em Belém.

No local, verificou-se que o operador de caixa é igualmente responsável pela efetuação de saques, depósitos e pagamentos de contas. Além dessas atribuições, próprias do correspondente bancário, os operadores efetuam a venda de recargas e chips de celular.

Outras irregularidades como jornada de trabalho excessiva, anotação irregular das horas trabalhadas e descontos indevidos no salário, quando do não fechamento das contas do caixa, também foram verificadas. Antes do ajuizamento da ação civil pública, o MPT propôs a assinatura de um termo extrajudicial para a regularização dessas práticas, mas a Big Serviços não foi aceitou.

A ação, que tramita na Justiça do Trabalho, requer a concessão de liminar para o imediato enquadramento dos operadores de caixa como correspondentes bancários, com todos os direitos assegurados da categoria, sob pena de multa diária de R$ 5 mil, em relação a cada trabalhador prejudicado e obrigação infringida.

Além da indenização por dano moral coletivo, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a ação requer, em caráter definitivo, a extensão dos direitos dos bancários, previstos nos artigos 224 e 226 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Convenção Coletiva pertinente, a todos os correspondentes presentes e futuros da Big Serviços e o ajustamento da jornada de trabalho dos funcionários.

Fonte: MPT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF